

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL: uma perspectiva de raça e classe

Ada Márcia Rêgo Bastos<sup>1</sup>

Cynthia Leal França<sup>2</sup>

Missaele Alves da Silva<sup>3</sup>

Sarah Leticia Pachêco Calaça<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente texto tem como objetivo principal fazer uma análise das desigualdades educacionais do Brasil a partir da discussão das categorias raça e classe. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com base em estudos bibliográficos acerca da temática. Os resultados obtidos encontram-se divididos em três seções que versam sobre o modelo de produção capitalista e a supremacia de classes dominantes nas relações sociais burguesas; a configuração do sistema educacional brasileiro e finalmente, as relações das categorias de raça e classe no tocante as desigualdades educacionais no Brasil. Dessa forma, no que concerne às desigualdades de raça e classe presentes no sistema educacional reforça-se a necessidade ações intencionais que além de garantir o acesso e melhorar o despenho na aprendizagem, sejam capazes diminuir o impacto em termos de classes sociais ou étnico-raciais dos alunos.

**Palavras-chave:** Desigualdades Educacionais; Raça; Classe.

### ABSTRACT

The present text has as main objective to carry out an analysis of educational inequalities of Brazil based on the discussion of race and class. For this purpose, a qualitative research was carried out based on bibliographical studies about this subject. The obtained results are divided into three sections that deal with the capitalista production model and the supremacy of dominant classes in Bourgeois social relations; the configuration of the Brazilian educational system and finally, the relations of race and class categories with regard to educational inequalities in Brazil. Of this form, with regard to race and

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI; Graduanda de Serviço Social; [Adamarcia39@gmail.com](mailto:Adamarcia39@gmail.com);

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI; Graduanda de Serviço Social; Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social; Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO); [Cynthialefran22@gmail.com](mailto:Cynthialefran22@gmail.com);

<sup>3</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI; Graduanda de Serviço Social; Bolsista no Programa de Extensão Universitária para Pessoa Idosa – PTIA; [Missaele82@gmail.com](mailto:Missaele82@gmail.com);

<sup>4</sup> Universidade Federal do Piauí – UFPI; Graduanda de Serviço Social; Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Serviço Social; Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Direitos e Políticas Públicas (GEDIPO); [Sarahcalaca@ufpi.edu.br](mailto:Sarahcalaca@ufpi.edu.br).

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



class inequalities present in the educational system, reinforces the need for intentional actions that, in addition to guaranteeing access and improving learning performance, are capable of reducing the impact in terms of social, ethnic and racial classes of students.

**Keywords:** Educational Inequalities; Race; Class.

## 1 INTRODUÇÃO

Gestada em berços coloniais, a educação nasce no Brasil em 1549, marcada pelos esforços “educacionais” dos missionários jesuítas em difundir a crença cristã entre o povo nativo da região. É, também, durante este período que se percebem os primeiros indícios de desigualdades no acesso ao ensino. Além dos escravos negros, as mulheres não conseguiram qualquer acesso à educação, somente homens brancos possuíam tal direito.

Em 1988 o país avança socialmente com a Constituição Federal brasileira que estabelece importantes diretrizes para a educação nacional. O texto constitucional institui:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205)

Observa-se, todavia, que a sociedade brasileira, alicerçada na ideologia capitalista, é marcada por sobreposições, opressões e imposições de modelos que são apresentados como ideais e que devem ser seguidos e que suprimem o negro e o pobre. Notadamente, o sistema social capitalista, que historicamente prima pela hegemonia das classes dominantes no conjunto das relações sociais e afirma a superioridade do homem branco, modula a educação através de filtros raciais, sociais e econômicos, perpetuando, assim, a desigualdade na educação do nosso país.

Partindo desse pressuposto, o objetivo do presente estudo é analisar as relações entre raça, classe e desigualdades educacionais na conjuntura brasileira, assim como fomentar a discussão a respeito dessas desigualdades – de acesso, de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

permanência, de ensino e aprendizagem – no Brasil, que são questões necessárias de transformações pertinentes, principalmente, ao contexto social.

Para tal, utilizou-se, com base numa pesquisa bibliográfica, produções de autores que discutem, de forma crítica acerca da temática central do texto, educação e capitalismo, como: CANDAU (2013), MARX e ENGELS (1999), LARA e BARCELOS (2020), FÚLVIA (1998), etc. Ademais, utilizou-se pesquisa documental, através de legislações voltadas à temática e dados do IBGE.

Sendo assim, tratamos, neste artigo, inicialmente, do modelo de produção capitalista e a supremacia de classes dominantes nas relações sociais burguesas. Na sequência, abordamos o sistema educacional brasileiro, principais legislações e políticas educacionais nacionais. Posteriormente, a discussão versará sobre a discriminação de raça e classe no acesso à educação. Para finalizar, apresentamos a conclusão do texto.

## 2 DESIGUALDADE (S): FATOR INDISSOCIÁVEL DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A REAFIRMAÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA NA TOTALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Pode-se afirmar que a configuração do capitalismo do século XXI não é a mesma desde sua gênese, assim como o capitalismo instaurado no Brasil não corresponde aos mesmos aspectos dos demais países. Anterior ao modo de produção capitalista, o feudalismo era a forma de organização social e econômica instituída na Europa Ocidental, quando entra em crise indica a transição para um novo modo de produção que se consolida nos séculos XVIII e XIX (DA SILVA, 2008). Gradativamente a sociedade passa por mudanças, desde aquelas de origem econômica até as relacionadas aos valores morais aceitos dentro da nova conjuntura aparente, dessa maneira, estabelece-se um novo modo de vida e “de forma sucinta, essas articulações ocorridas na transição do feudalismo para o capitalismo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

culminaram na chamada acumulação primitiva do capital, ou seja, originou-se o capitalismo” (DA SILVA, 2008, p. 105).

Em termos gerais, com a crise feudalista o modo de produção de bens para satisfazer as necessidades humanas muda, transformando o trabalho em mercadoria por meio do processo de assalariamento da força de trabalho, como traz Jani Alves da Silva (2008, p.106) “em linhas gerais, o sistema de produção era a manufatura em oficinas onde os trabalhadores produziam para um comerciante manufatureiro que pagava um salário e fornecia as ferramentas e a matéria-prima para os trabalhadores”, caracterizando a primeira fase do capitalismo, denominada “capitalismo comercial”. Essa fase tem como uma das principais características o êxodo rural, o crescimento das cidades causado pela procura de trabalho faz com que os trabalhadores do campo migrem para a zona urbana em busca de melhores condições de vida. A partir disso, as cidades começam a vivenciar um fenômeno de segregação socioespacial, como cita Meurer (1996, p.5, apud DA SILVA, 2008, p.107):

Este foi responsável pelo crescimento das cidades, com o surgimento dos bairros ricos, com casas suntuosas dos donos das fábricas, em contraposição aos bairros pobres onde famílias operárias viviam em condições miseráveis, sem conforto e higiene, aumentando a marginalização e o desemprego, a vadiagem e a mendicância.

Tal realidade não muda após a primeira revolução industrial no início do século XIX, a segregação urbana acentua-se ainda mais, assim como a exploração da mão de obra operária, com aumento abusivo da jornada de trabalho. Em sequência, na segunda metade do século XIX, inaugura-se a segunda revolução industrial, nesse período “começa a instaurar o que os economistas denominam de tendências monopolistas do mercado” (DA SILVA, 2008, p.109), dando os primeiros indícios de uma terceira revolução industrial em meados do século XX, fase que fica conhecida como capitalismo financeiro.

Desde então, a história de todas as sociedades até hoje tem sido das lutas de classes. A sociedade divide-se em dois campos vastos e opostos, em duas classes essencialmente antagônicas: burguesia (dominante) e proletariado (dominada)

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



(MARX & ENGELS, 1999). Desse modo, compreende-se que a sociedade moderna capitalista é fruto de opressões estabelecidas anteriormente e que não fomos capazes de suplantar, pelo contrário, estão ainda mais acentuadas. Baseado nisso, a fim de analisar as desigualdades existentes no século XXI, é essencial entender que não há como fazer tal coisa sem levar em consideração o sistema capitalista, tratando o termo “capital” não apenas sob um viés material/econômico, mas também se referindo a ele ao que Marx & Engels (1999) chamam de “força social”. Assim, essa força perpassa por aspectos sociais, econômicos, culturais, educacionais, religiosos e políticos.

No que se refere ao capitalismo brasileiro, este é qualificado como tardio, com um atraso inegável do ponto de vista cronológico. Entretanto, do ponto de vista sociológico esse não é o aspecto mais importante no processo de transição do capitalismo no País, pois ao contrário dos países europeus, o Brasil não transita de uma sociedade feudal para uma sociedade capitalista, mas sim de uma sociedade escravista para uma sociedade capitalista (DE SAES, 2015). O trabalho escravo foi constituinte da sociedade brasileira em seus múltiplos aspectos (econômico, social, cultural e político) e trouxe limitações sociais e políticas predominantes até hoje no País. Por ter sido o último país do continente americano a abolir a escravidão, o processo de “descravização” no Brasil possibilitou, de acordo com Lara & Barcelos (2020):

[...] a reciclagem das relações de espoliação e de exploração que se fundaram na apropriação da pessoa e do produto de seu trabalho –, as classes dominantes que aqui se forjaram lograram manter o caráter desumano no seu trato com as classes subalternas, fazendo do Estado um instrumento privilegiado para a manutenção de suas prerrogativas e para a reprodução ampliada de suas riquezas. O prestígio social, político, econômico e cultural que as classes dominantes alcançam internamente na constituição da sociedade civil brasileira são diametralmente opostos ao desprestígio, vilipêndio e aviltamento aos quais estão submetidos a maioria dos indivíduos que integram as classes trabalhadoras (p.212).

A partir dessa realidade, há décadas tem se consolidado no País práticas que perpetuam as desigualdades sociais e raciais através de mecanismos excludentes das classes mais pobres. Dentro dessa conjuntura, naturalmente os grupos sociais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



dividem-se de acordo com seus valores, práticas, ideologias, status socioeconômico e crenças em comum, tendo como consequência as distinções que separam a sociedade em classes. Dessa forma, reitera-se que o sistema capitalista gera um processo de “exclusão” dos grupos menos abastados em diversas áreas do convívio social, inclusive na educação – objeto desse estudo-. Em contrapartida, tem-se a classe dominante que detém os meios de produção e influência nas demais áreas sociais.

Assentindo com Marx & Engels (1999, p.39) “as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante”. Por controlar os meios de produção, é a classe econômica e politicamente dominante da sociedade, os mais ricos (classe dominante) exercem maior influência do que aqueles que são mais pobres (classe dominada), logo, tudo aquilo que é validado socialmente advém de valores burgueses. Colocando em evidência os aspectos educacionais, a classe dominante também é responsável por “definir um projeto de educação fundamentado em práticas, valores e comportamentos burgueses, com mediação do Estado, para legitimar seus interesses” (SOUZA, 2014). À luz disso, é possível desconstruir a ideia de uma educação universal e igual para todos, pois está evidenciado o poder que a ideologia burguesa possui no processo de mercantilização da vida e de projetos educativos. (SOUZA, 2014). Sendo assim, ainda nas palavras de Souza (2014) é plausível dizer que a classe dominante apresenta seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, o que demonstra um complexo processo de dominação para reafirmar a hegemonia burguesa na totalidade das relações sociais.

### 3 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, vigente até os dias atuais. O texto constitucional organiza e rege o funcionamento do país, determinando os direitos e deveres do cidadão brasileiro e o papel do Estado.

PROMOÇÃO



APOIO



A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, Art. 6º) estabelece que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Percebe-se que a nova Constituição consolida a educação como um direito de todos os cidadãos. Dos artigos 205 a 214 desta Constituição está disposta organização educacional do país, estabelecendo os princípios, os direitos e os deveres, as competências, a vinculação de recursos e a prioridade para sua distribuição com relação à educação.

### 3.1 Políticas e leis da educação no Brasil

Assim sendo, é sabido que o Estado tem a obrigação de garantir e viabilizar as condições necessárias para que todos os cidadãos brasileiros tenham acesso à educação de qualidade. Como mecanismos para assegurar que tal direito seja efetivado, são instituídas, ao longo dos anos, novas legislações e políticas primordiais para o processo educacional. A seguir, veremos alguns desses principais mecanismos.

#### 3.1.1 Principais Legislações Educacionais

Precedida por outras três versões – a primeira publicada em 1961 e a segunda dez anos depois, em 1971 – a atual LDB, em vigência desde 1996, é a lei mais importante no que tange à educação. Em seus noventa e dois artigos a LDB define, sistematiza e democratiza o direito social à educação a todos os estudantes brasileiros. Nela estão definidas e reguladas as diretrizes da educação e do sistema educacional brasileiro, além disso, estão contidos os princípios referentes a educação e os deveres do Estado para com esta.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Outra lei importante nesse sentido é a Lei 13005/14, que aprovou o Plano Nacional de Educação, um documento que estabelece metas e estratégias para desenvolver a educação. Editado periodicamente, o PNE atual, em vigor desde o dia 26 de junho de 2014, estabelece 20 metas que devem ser implementadas em um prazo de 10 anos.

### 3.1.2 Políticas educacionais

As políticas públicas de educação colocam em prática medidas que asseguram a efetivação dos direitos previstos, principalmente, na Constituição Federal. Por se tratarem de mecanismos com o intuito de servir para todos os cidadãos e suas especificidades, as políticas educacionais são muitas, por isso selecionamos algumas das principais políticas vigentes no país.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo, é uma modalidade da educação básica direcionada a jovens e adultos acima de 15 anos que não tiveram acesso e/ou que não concluíram o ensino regular na idade própria. O Governo Federal, em 1996, criou a EJA com o objetivo de levar educação às pessoas que não tiveram a chance de terminar a escola na idade apropriada por motivos diversos, desde questões financeiras até questões sociais. O programa é um curso mais rápido que o ensino regular, ofertada tanto no ensino presencial, como à distância, mas abrange as mesmas disciplinas que os estudantes da educação básica possuem. A EJA é dividida em etapas, com abrangência do ensino fundamental (jovens a partir de 15 anos que não completaram a etapa entre o 1º e o 9º ano) ao médio (alunos maiores de 18 anos que não completaram essa etapa).

Outro programa importante, instituído pela Lei nº 12.513/11, é o Pronatec. O Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego visa o fomento o acesso à educação técnica e profissional e a ampliação da oferta de cursos de EPT (educação profissional e tecnológica) através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O programa atende, prioritariamente, os estudantes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; os trabalhadores; os beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e o estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. (BRASIL, 2011).

Já no nível da educação superior tem-se o Programa Universidade Para Todos – Prouni, criado pelo Governo Federal em 2005, através da Lei nº 11.096, o programa concede bolsas de estudo para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, visando a ampliação do acesso ao ensino superior. (BRASIL, 2005). O programa oferta bolsas de estudos parciais (de 50%) e integrais (de 100%) aos estudantes brasileiros de baixa renda, que ainda não tenham diploma de nível superior, à ingressas em faculdades privadas.

O Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, mais um programa criado pelo Governo Federal, instituído pela Lei nº 10.260/01, possibilita o ingresso do estudante ao ensino superior através da concessão de financiamento estudantil. Ao longo dos anos o programa passou por diversos reajustes até chegar ao modelo atual, o Novo Fies. O financiamento concedido pelo programa pode beneficiar estudantes matriculados em cursos da educação profissional, técnica e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado.

## 4 A INTERFACE DAS CATEGORIAS RAÇA E CLASSE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No que se refere a Política de Educação, observa-se o desejo através da reprodução social em atender aos interesses capitalistas na formação básica e superior. No que diz respeito à escola, é um local de aprendizagem e convívio social, onde são transmitidos saberes, culturas, comportamentos e valores diversos que podem contribuir nos contextos sociais, políticos e econômicos, contudo, esse processo educativo também está materializado no âmbito das contradições existentes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



no modo de produção capitalista. Dessa maneira, de acordo com Souza (2014) os interesses burgueses acabam sendo reafirmados

[...] através da difusão de valores, comportamentos e práticas capazes de legitimar a hegemonia da cultura empresarial como referência para a instituição escolar, o que contribui para assegurar a dominação da burguesia sobre o conjunto da sociedade. (p. 412)

A educação é uma das ferramentas de transformação social, política e econômica. Para tanto, o acesso à educação não acontece de forma igualitária, visto que, a diferença de classes interfere diretamente no ensino e aprendizagem dos alunos. Um dos aspectos importantes para compreensão dessa realidade no contexto brasileiro, é o grau de investimento e importância que o poder público brasileiro dá para a educação pública, isso explica-se, sobretudo diante dos cortes públicos na educação que colaboram na precariedade do ensino.

Nesse sentido, a pesquisa do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) aponta que "21% dos estudantes de 11 a 19 anos de escolas públicas pensam em desistir da escola", evidenciando que a evasão e abandono escolar é superior nas instituições de ensino público. Isso se explica a partir de diversos pontos: dificuldade dos alunos para se adaptarem à didática dos professores, bullying, distorção idade-série e muitas vezes a necessidade do aluno em trabalhar para ajudar nas despesas da família.

Outro ponto que merece destaque é a percepção que as classes possuem da escola, as classes populares, por exemplo, percebem a escola como um ambiente que irá proporcionar a seus filhos a oportunidade de se saírem melhor que os pais, com a finalidade de adentrar no mercado de trabalho dando esperança de mudança para a família, além de ser um espaço que vai ensinar a polidez e boas maneiras para conviver em sociedade (PASSOS; GOMES, 2012). Quanto às camadas superiores da sociedade, representadas pela classe dominante, a escola é vista apenas como um espaço que pode fornecer títulos e conhecimento, sendo uma das várias opções em que se deparam os jovens pertencentes a essa camada social. Possuindo favorecimento econômico e cultural, sabem que o sistema funciona favorável a eles,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



sendo assim o que está em jogo não é o ensino ou a esperança de mudar a realidade de suas famílias, mas o status conferido por um diploma, dessa maneira a escola possui apenas um valor simbólico (PASSOS; GOMES, 2012).

Nessa perspectiva, a desigualdade racial é uma das formas de discriminação mais gritantes e faz-se presente desde a educação básica até o ensino superior, conseqüentemente, sendo refletida também no mercado de trabalho. Essa forma de opressão, por sua vez, não pode ser entendida sem conceber sua configuração histórica que faz da desigualdade racial um aspecto estrutural da sociedade brasileira. Dessa forma, desde a abolição até a contemporaneidade a população negra é marginalizada, evidenciando a falha do país em criar condições mínimas para a inserção desse público na sociedade.

Atualmente, a realidade dessa população no que diz respeito ao acesso à educação não é diferente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 71,7% dos jovens fora da escola são negros, além disso, esse público representa 70% do grupo abaixo da linha da pobreza. Nesse sentido, é inquestionável a interseccionalidade existente entre as categorias de raça e classe no que tange as desigualdades existentes no Brasil. No que concerne à educação esta desigualdade é refletida na vida dos jovens negros à medida que estes apresentam os maiores índices de abandono e baixo desempenho escolar.

Diante desse contexto, notadamente são diversos os fatores que dificultam o acesso e permanência de crianças e jovens negros no ambiente escolar. Contudo, é evidente que um dos maiores obstáculos é a responsabilidade precoce pela subsistência da família. Nesse sentido, um dos principais reflexos do racismo estrutural na vida dos jovens negros é a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho que culmina num conflito trabalho versus escola resultando no aumento da evasão escolar desse grupo.

No tocante ao baixo desempenho escolar, é fundamental mencionar as condições precárias em que muitas escolas pelo país estão submetidas. Nesse sentido, Rosenberg (1998, p. 83) aponta que “os negros, mais do que os brancos,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



frequentam escolas mais carentes”, conseqüentemente, esse público está sujeito com mais frequência a barreiras educacionais como a falta de livros didáticos e problemas na formação de professores, fatores que favorecem a evasão e o baixo desempenho na aprendizagem.

Nessa lógica, Soares e Alves (2003, p.147) afirmam ainda existir um “grande hiato entre alunos brancos e negros em relação ao desempenho escolar”. Essa desigualdade, por sua vez, decorre da ausência de políticas públicas e mecanismos que proporcionem uma distribuição igualitária de ensino de modo a produzir uma educação equânime que melhore não somente a qualidade de aprendizagem, mas também reduza as desigualdades entre os estratos sociais.

Outro ponto relevante na discussão acerca das desigualdades educacionais no Brasil diz respeito a ampliação do acesso ao ensino superior. Nesse cenário, é importante problematizar a predominância de pesquisadores brancos, bem como a desigualdade de raça presente na escolha das carreiras universitárias. Todavia, vale ressaltar a política de cotas implementada através da Lei 12.711 de 2012 que busca democratizar e ampliar esse acesso, resultado que só será observado a longo prazo, sobretudo a partir da contratação de mais professores negros.

Não obstante, para além das questões socioeconômicas, a desigualdade racial está presente na educação a partir de um preconceito enraizado nas próprias práticas educativas. Dessa forma, a escola além de ser um produto social desigualmente distribuído (SOARES; ALVES, 2003, p. 149), é também palco de produção e reprodução das desigualdades raciais. Exemplo disso está na própria construção curricular que ainda carece de temas acerca da diversidade e representatividade.

Partindo desse pressuposto, é fundamental o papel da educação no âmbito das escolas e universidades em desconstruir estereótipos e práticas discriminatórias socialmente construídas e reproduzidas ao longo dos anos. Nesse sentido, Vera Maria Candau (2013, p.13) afirma que “não é possível conceber uma experiência pedagógica desculturalizada, isto é, desvinculada completamente das questões culturais da sociedade”. Dessa forma, reflete-se a necessidade de uma educação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



antirracista e intercultural na qual haja “o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais e a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas” (CANDAU, 2013, p.23).

## 5 CONCLUSÃO

O objetivo desse artigo foi sistematizar ideias acerca da política de educação brasileira inserida dentro do sistema capitalista repleto de contradições e desigualdades que por sua vez potencializam as diferenças de classe e raça, alterando as condições de vida e posição social das camadas subalternas da sociedade que possuem sua trajetória marcada pela negação de direitos e negligência no oferecimento de oportunidades igualitárias ao acesso à escola, instituições de ensino superior e mercado de trabalho. Através dessa análise, ressalta-se a configuração histórica de formação do Brasil, País marcado pelo seu passado escravista e de exclusão dos mais pobres, refletindo no *modus operandi* das práticas educativas.

Apesar de possuir a Constituição Cidadã como um marco histórico na inauguração do período mais democrático vivenciado pelo País, avançando em direitos sociais, o Brasil nunca se desvinculou dessa conjuntura já ultrapassada, pelo contrário, é perceptível que retrocedemos grandemente no que diz respeito à inclusão e viabilização de direitos. Segundo o IBGE (2021), o contingente de brasileiros abaixo da linha da pobreza atingiu o patamar de 29,4% da população, e após a pandemia, as classes mais pobres tentam reerguer-se em busca de superar os impactos profundos causados em suas condições de vidas, provocados pela ordem socioeconômica vigente na sociedade brasileira.

À vista disso, a educação nada mais é que um aparelho ideológico para a classe dominante, propagando a ideia de que a realidade pode ser mudada através dos estudos e de uma boa instrução, trazem à tona o mito da meritocracia que em sua síntese traz a ideia de que basta apenas querer e se esforçar para “vencer na

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



vida”, como se não existissem condicionantes que impedem jovens pobres e negros de acessarem as escolas e instituições de ensino superior. Por isso, reforça-se a necessidade de ações intencionais que garantam o acesso e melhorem o desempenho na aprendizagem, sendo capazes de diminuir o impacto em termos de classes sociais ou étnico-raciais dos alunos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 12 abr. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Orgs.). **Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DA SILVA, Jani Alves. **Reflexões sobre a história do capitalismo**. Revista Filosofia Capital-ISSN 1982-6613, v. 2, n. 5, p. 102-122, 2008.

DE SAES, Décio Azevedo Marques. **Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo**. Revista Novos Rumos, v. 52, n. 1, 2015.

**EDUCAÇÃO de jovens e adultos: o que é e como funciona?**. Aliança Brasileira pela Educação, 2021. Disponível em: [https://aliancapelaeducacao.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=625&catid=157&Itemid=849.%20Acesso%20em:%202019%20abr.%202023](https://aliancapelaeducacao.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=625&catid=157&Itemid=849.%20Acesso%20em:%202019%20abr.%202023). Acesso em: 30 abr. 2023.

GILENE, F. **Educação, Desigualdades Raciais E Racismo Institucional: reflexos na Educação Básica da população negra**. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/FI%C3%A1via-Gilene-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LARA, R.; BARCELOS, J. G. Classe e racismo na formação social brasileira. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 204 - 223, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723821462020204>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MARX, K.; ENGELS, F.; **Manifesto Comunista**. Edição Ridendo Castigat Mores. Fonte digital Rocket Edition de, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga. **Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica**. Educação e pesquisa, v. 29, p. 147-165, 2003.

SOUZA, Camila Azevedo. **Estado, classes sociais e educação**. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v. 2, n. 3, p. 404-416, 2014.

PROMOÇÃO



APOIO